

PEFISA S.A.
CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
CNPJ 43.180.355/0001-12

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022**SUMÁRIO**

RELATÓRIO DA DIRETORIA	2
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	4
BALANÇO PATRIMONIAL	0
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	2
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	3
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO.....	4
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	5
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	6

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras de PEFISA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022, com o relatório dos Auditores Independentes.

São Paulo, 29 de agosto de 2022.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Acionista e Administradores da
PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PEFISA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas



brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

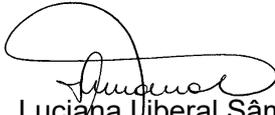
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027685/O-0


Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Caixa e equivalente de caixa	4	<u>21.405</u>	<u>34.098</u>
Instrumentos financeiros		<u>3.668.627</u>	<u>3.156.130</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	605.465	275.057
Títulos e valores mobiliários	6	300.389	362.067
Operações de créditos	8	2.610.989	2.258.557
Outros instrumentos financeiros	10	151.784	260.449
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(471.198)	(406.844)
Créditos tributários	11	<u>284.413</u>	<u>265.433</u>
Outros Ativos	12	<u>80.522</u>	<u>10.940</u>
Investimento em participação em Controlada		1.107	1.000
Imobilizados e intangíveis	13	253.040	215.353
(-) Depreciações e amortizações	13	(91.175)	(79.849)
TOTAL DO ATIVO		<u>3.746.741</u>	<u>3.196.261</u>

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos		<u>1.621.043</u>	<u>1.001.194</u>
Instituições financeiras	14	1.590.743	983.712
Outros clientes	14	30.300	17.482
Provisões		<u>475.262</u>	<u>460.824</u>
Contingências	15	475.262	460.824
Outros passivos	16	1.099.592	1.148.511
Patrimônio líquido		<u>550.844</u>	<u>585.732</u>
Capital social	17	298.000	298.000
Reservas	17	252.844	287.732
TOTAL DO PASSIVO		<u><u>3.746.741</u></u>	<u><u>3.196.261</u></u>

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2022	30/06/2021
Receitas da intermediação financeira		<u>382.280</u>	<u>360.207</u>
Operações de crédito	8	334.580	350.974
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	47.700	9.233
Despesas da intermediação financeira		<u>(88.181)</u>	<u>(21.504)</u>
Operações de captação no mercado	14	(88.181)	(21.504)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>294.099</u>	<u>338.703</u>
Provisão para perdas		<u>(247.357)</u>	<u>(316.823)</u>
Operações de créditos	9	(247.357)	(316.823)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(22.632)</u>	<u>(44.798)</u>
Receitas de prestação de serviços	18	157.259	142.671
Resultado de participações em controladas		(58)	(171)
Despesas de pessoal		(15.361)	(20.488)
Outras despesas administrativas	19	(148.727)	(66.120)
Despesas tributárias		(43.556)	(29.848)
Outras receitas/despesas operacionais	20	27.811	(70.842)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação dos minoritários		<u>24.110</u>	<u>(22.918)</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(8.998)</u>	<u>22.038</u>
Provisão para imposto de renda		(17.619)	358
Provisão para contribuição social		(10.359)	215
Ativo fiscal diferido		18.980	21.465
Lucro líquido / (prejuízo) do semestre		<u>15.112</u>	<u>(880)</u>
Lucro líquido / (prejuízo) por lote de mil ações - R\$		<u>0,0507</u>	<u>(0,003)</u>

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Resultado líquido do semestre	15.112	(880)
Outros resultados abrangentes do semestre	-	-
Resultado abrangente do semestre	<u>15.112</u>	<u>(880)</u>

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	<u>Reserva de Lucros</u>			Lucros acumulados	Total
		<u>Capital realizado</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva Estatutária</u>		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		298.000	59.600	281.182	-	638.782
Distribuição de dividendos	17	-	-	(40.000)	-	(40.000)
Prejuízo		-	-	-	(880)	(880)
Saldos em 30 de junho de 2021		<u>298.000</u>	<u>59.600</u>	<u>241.182</u>	<u>(880)</u>	<u>597.902</u>
Mutações no semestre		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(40.000)</u>	<u>(880)</u>	<u>(40.880)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021		298.000	59.600	228.132	-	585.732
Distribuição de dividendos	17	-	-	(50.000)	-	(50.000)
Lucro líquido		-	-	-	15.112	15.112
Saldos em 30 de junho de 2022		<u>298.000</u>	<u>59.600</u>	<u>178.132</u>	<u>15.112</u>	<u>550.844</u>
Mutações do semestre		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(50.000)</u>	<u>15.112</u>	<u>(34.888)</u>

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Lucro líquido ajustado do semestre	113.360	167.363
Resultado antes da tributação sobre o lucro	24.110	(22.918)
Depreciações / amortizações	11.326	10.970
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	64.354	177.837
Provisões	13.570	1.474
Varição em Ativos Operacionais - (Aumento) / Diminuição	<u>(494.675)</u>	<u>295.967</u>
Instrumentos financeiros	(533.757)	326.792
Outros ativos	39.082	(30.825)
Varição em Passivos Operacionais - Aumento / (Diminuição)	<u>(81.027)</u>	<u>(331.046)</u>
Outros passivos	(81.027)	(311.533)
Impostos sobre lucro	-	(19.513)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) das Atividades Operacionais	<u>(462.342)</u>	<u>132.284</u>
Caixa Líquido (Aplicado) nas Atividades de Investimento	<u>(37.794)</u>	<u>(20.275)</u>
Aquisição de Imobilizado de uso	(37.794)	(20.275)
Caixa Líquido (Proveniente) / Aplicado nas Atividades de Financiamento	<u>574.849</u>	<u>(142.980)</u>
Depósitos e demais instrumentos financeiros	619.849	(102.980)
Remuneração de capital próprio	(45.000)	(40.000)
Aumento/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	<u>74.713</u>	<u>(30.971)</u>
Modificações na posição financeira		
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	77.158	164.202
No fim do semestre	<u>151.871</u>	<u>133.231</u>
Aumento/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	<u>74.713</u>	<u>(30.971)</u>

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Financiadora”) tem por objetivo a realização de financiamentos para aquisição de bens e serviços e para capital de giro, podendo praticar todas as atividades legalmente admitidas e não vedadas para as sociedades de crédito, financiamento e investimento. A Financiadora é emissora e administra cartões de crédito e contas de pagamento, podendo ainda praticar as atividades a estas afins e os demais procedimentos necessários para a sua colocação no mercado, na forma da legislação em vigor, sendo participante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) e demais disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, dos dispositivos contábeis introduzidos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências, nos estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

a. Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular BACEN nº 3.959/2019, posteriormente consolidadas na resolução BCB nº 2/2020, foram incluídas nas Demonstrações Financeiras da PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Desta forma, a Financiadora realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020, atendendo aos requerimentos das respectivas normas, onde que as principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade (conforme artigo

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23º da Resolução BCB nº 2/2020, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário); os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 29 de agosto de 2022.

3. Principais práticas contábeis**(a) Apuração do resultado**

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos e apropriadas ao resultado pela fluência dos prazos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 e CPC 03 são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, com prazo igual ou inferior a 90 dias, entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da Financiadora são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras de curto prazo.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial, conforme a Circular nº 3.068 do Banco Central do Brasil, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria "Mantidos até o vencimento".

Os títulos classificados para negociação são apresentados e avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, sendo que as variações são reconhecidas no resultado do período.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Financiadora não possuía títulos classificados como disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento.

(e) Operações de crédito, títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas, de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de sessenta dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H", permanecem nessa classificação pelo período de seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

O saldo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Financiadora é composto por Provisão Específica, calculada segundo requisitos mínimos da Resolução nº 2.682 de 21/12/1999 do CMN e por Provisão Adicional, calculada através de Modelos Internos, cuja mensuração considera entre outros, a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos em diferentes estágios, como se observa nas definições a seguir:

Estágio 1 - Quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ou temos em conta os instrumentos financeiros que não tenham deteriorado significativamente sua qualidade de crédito desde o reconhecimento inicial. Nesse estágio, também são incluídas operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do estágio 2;

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estágio 2 - Quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua origemação, registra-se uma penalização na provisão maior que no estágio 1. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do estágio 3;

Estágio 3 - Instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. Registra-se uma provisão para toda a vida da operação, mas agravando a PD "*Probability of default*" para 100%.

O detalhamento da composição e o saldo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Financiadora podem ser observados na Nota 9.

(f) Investimentos

O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

(g) Imobilizado

São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear, às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. A Financiadora adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas, conforme descrito na Nota 3 (h). A Financiadora efetua, periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

(h) Intangível

As licenças de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Financiadora, são reconhecidos como ativos intangíveis, quando os seguintes critérios são atendidos:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para utilizar o *software*;
- Os gastos atribuíveis ao *software* durante seu desenvolvimento podem ser mensurados com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares*.

Gastos de desenvolvimento que não atendam ao critério de custos diretamente atribuíveis no desenvolvimento de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(i) Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda foi constituída pela alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro. A contribuição social foi calculada pela alíquota de 15%.

(j) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional, que determinam que a Financiadora deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, às seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

É constituído crédito tributário de imposto de renda (25%) e contribuição social (15%), calculado sobre as diferenças temporais, representadas pelo montante das despesas apropriadas e ainda não dedutíveis para fins do referido imposto e contribuição. O total dos créditos tributários está registrado na rubrica "Outros créditos - diversos" no grupo dos ativos circulante e realizável a longo prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Medida Provisória nº 1.115 de 28 de abril de 2022 alterou a Lei nº 7.689 de 15/12/1988 e a Lei Complementar nº 105 de 10/01/2001 em seu artigo 1º inciso VII majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 15% para 16% para o período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022 retornando a 15% a partir de 1º de janeiro de 2023. A majoração vai afetar a Contribuição Social corrente no período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022 e afetando o estoque de crédito tributário que se realizará neste período.

(k) Captações em recursos de aceites cambiais

As captações em recursos de aceites cambiais são registradas pelo valor recebido, acrescidas pelos encargos pactuados e apropriados em cada período mensal.

(l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões e contingências passivas – provisões são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, onde estão sendo contestadas, a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(m) Provisão para recuperação de ativos (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

(n) Outros ativos e outros passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base pro rata dia).

(o) Resultado recorrente / não recorrente

As políticas internas da PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, “a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados as sociedades de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira”. Além disto, a Administração da Financiadora considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes.

Atendendo a Resolução BCB nº 2/2020, os resultados não recorrentes estão apresentados na Nota 22.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalente de caixa

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Disponibilidades</u>		
Moeda nacional	20.929	33.254
Moeda estrangeira	476	844
	<u>21.405</u>	<u>34.098</u>
<u>Aplicações em depósitos interfinanceiros</u>		
Vencimento até 30 dias	<u>130.466</u>	<u>43.060</u>
	<u>151.871</u>	<u>77.158</u>

As receitas decorrentes das aplicações interfinanceiras são apresentadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários (vide Nota 6).

5. Aplicações interfinanceiras

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Aplicações em operações compromissadas</u>		
Vencimento até 365 dias	474.999	231.997
	<u>474.999</u>	<u>231.997</u>

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez e operações compromissadas, no semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 30.812 (R\$ 6.493 em 30 de junho de 2021), com rendimento médio anual de 100,42% a.a. (100,48% a.a. em 30 de junho de 2021) do Certificado de Depósito Interfinanceiro ("CDI").

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado com aplicações interfinanceiras está registrado na rubrica “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” na Demonstração de Resultado.

A composição das aplicações financeiras de liquidez registradas no Balanço Patrimonial, está representada por aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 4) e aplicações em operações compromissadas.

6. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários foi classificada na categoria "Mantidos até o vencimento". De acordo com a categoria estabelecida na regulamentação vigente, estavam assim compostas:

	Valor de curva em 30/06/2022	Valor de mercado em 30/06/2022	Valor de mercado em 31/12/2021
<u>Títulos públicos</u>			
<u>Carteira própria</u>			
Títulos em renda fixa	78.737	78.760	160.658
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	221.626	221.629	201.409
	<u>300.363</u>	<u>300.389</u>	<u>362.067</u>
Circulante		222.436	362.067
Não Circulante		77.953	-

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima). Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). O resultado no semestre findo em 30 de junho de 2022, foi de R\$ 16.836 (R\$ 2.669 em 30 de junho de 2021). O resultado com títulos e valores mobiliários está registrado na rubrica “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” na Demonstração de Resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	30/06/2022	30/06/2021
Aplicações interfinanceiras de liquidez (vide Notas 4 e 5)	30.812	6.493
Títulos públicos	16.836	2.669
Outros	52	71
Total	47.700	9.233

7. Instrumentos financeiros derivativos

A Financiadora pode se utilizar de instrumentos financeiros derivativos para atender às suas necessidades próprias, de reduzir a exposição a riscos de mercado e de taxas de juros. Durante os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Financiadora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Operações de crédito

As informações da carteira, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021, são assim sumarizadas:

(a) A composição da carteira de operações de crédito e títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito, por modalidade de operação, está assim representada:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Direitos creditórios descontados	130.229	97.369
Capital de giro	10.555	13.256
Operações de crédito	968.250	803.227
Total de operações de crédito	<u>1.109.034</u>	<u>913.852</u>
Títulos e créditos a receber (*)	1.501.955	1.344.705
Total de títulos e créditos a receber	<u>1.501.955</u>	<u>1.344.705</u>
Total da carteira	<u><u>2.610.989</u></u>	<u><u>2.258.557</u></u>
Circulante	<u>2.569.982</u>	<u>2.213.768</u>
Não Circulante	<u>41.007</u>	<u>44.789</u>

(*) Operações com cartão de crédito *private label* e bandeirado.

No semestre findo em 30 de junho de 2022, o saldo de valores renegociados com clientes é de R\$ 228.662 (R\$ 386.782 em 30 de junho de 2021).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) O vencimento da carteira de operações de crédito apresenta o seguinte perfil:

Prazo	30/06/2022				31/12/2021			
	A vencer		Vencidos		A vencer		Vencidos	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 30 dias	765.903	37,34	113.015	20,18	649.844	35,98	66.946	14,79
De 31 a 60 dias	383.393	18,69	44.052	7,87	267.536	14,81	35.337	7,81
De 61 a 90 dias	266.173	12,98	51.878	9,26	247.908	13,73	45.308	10,01
De 91 a 180 dias	382.235	18,64	136.725	24,42	313.393	17,35	123.618	27,31
De 181 a 365 dias	212.301	10,35	214.307	38,27	282.439	15,64	181.439	40,08
Acima de 365 dias	41.007	2,00	-	-	44.789	2,48	-	-
	<u>2.051.012</u>	<u>100,00</u>	<u>559.977</u>	<u>100,00</u>	<u>1.805.909</u>	<u>100,00</u>	<u>452.648</u>	<u>100,00</u>

(c) Por característica de cliente:

	30/06/2022	31/12/2021
Pessoa jurídica	140.784	110.625
Pessoa física	2.470.205	2.147.932
	<u>2.610.989</u>	<u>2.258.557</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Receitas de operações de crédito

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Crédito pessoal	316.957	325.175
Direitos creditórios descontados	12.619	1.744
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (Nota 9)	5.004	24.055
	<u>334.580</u>	<u>350.974</u>

9. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi movimentada pelos seguintes eventos, nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021:

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Saldo inicial	406.844	372.074
Complemento/reversão	247.357	316.823
Baixas contra a provisão	(183.003)	(138.986)
	<u>471.198</u>	<u>549.911</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da carteira por nível de risco:

Nível				30/06/2022		31/12/2021	
	A vencer	Vencidos	Total	Percentual de provisão	Provisão contabilizada	Total	Provisão contabilizada
A	1.872.158	58.427	1.930.585	0,5	9.653	1.679.743	8.399
B	37.350	52.188	89.538	1	896	56.079	560
C	35.552	44.362	79.914	3	2.398	67.827	2.035
D	46.537	52.814	99.351	10	9.935	91.111	9.111
E	12.473	44.109	56.582	30	16.975	54.787	16.436
F	8.912	46.288	55.200	50	27.600	51.525	25.763
G	8.305	46.942	55.247	70	38.672	46.422	32.494
H	29.724	214.848	244.572	100	244.572	211.063	211.063
	<u>2.051.011</u>	<u>559.978</u>	<u>2.610.989</u>		<u>350.701</u>	<u>2.258.557</u>	<u>305.861</u>
Complementar (*)					120.497		100.983
					<u>471.198</u>		<u>406.844</u>

(*) refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 de 21/12/1999 do CMN, com base no julgamento e experiência da Administração.

A Financiadora efetuou a baixa de operações de crédito contra prejuízo após 180 dias da classificação no nível "H".

No semestre findo em 30 de junho de 2022, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão no montante de R\$ 5.004 (R\$ 24.055 em 30 de junho de 2021).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O indicador Over 90 dos clientes da carteira do cartão bandeirado teve melhora de 9,7 p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Esta variação vem de um crescimento saudável de 30% na carteira comercial (0 a 60 dias de atraso) com melhores rolagens, adicionado à eficiência na recuperação da carteira em atraso, levando também a queda de 38% da carteira acima de 90 dias.

Em 30 de junho de 2022 o indicador foi de 11,61% (21,35% em 30 de junho de 2021)

10. Outros instrumentos financeiros

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valores a receber da Controladora (Nota 21)	22.814	69.115
Imposto de renda e contribuição social a compensar	91.469	89.871
Devedores diversos – País	30.966	76.842
Devedores por depósito em garantia	5.059	3.982
Outros	1.476	20.639
	<u>151.784</u>	<u>260.449</u>
Circulante	70.491	183.300
Não Circulante	81.293	77.149

11. Créditos tributários

A Financiadora adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e 20% para contribuição social. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002 do BACEN e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade.

Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Natureza e origem dos créditos tributários

	30/06/2022			31/12/2021		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Provisão para perda associada a risco de crédito (Nota 9)	56.209	33.725	89.934	39.233	23.540	62.773
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota 15)	115.843	69.506	185.349	112.767	67.660	180.427
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	-	9.934	6.182	16.116
Outras	5.236	3.894	9.130	3.823	2.294	6.117
	<u>177.288</u>	<u>107.125</u>	<u>284.413</u>	<u>165.757</u>	<u>99.676</u>	<u>265.433</u>

Com base no atual nível de capitalização e operações da Financiadora e considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações; o atual cenário econômico; e as expectativas futuras de taxas de juros, a administração acredita que os créditos tributários registrados em 30 de junho de 2022 tenham a sua realização futura da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Expectativa de realização

						Realização	Total
	2022	2023	2024	2025	2026	2027 a 2032	
Créditos tributários de imposto de renda							
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	56.209	-	-	-	-	-	56.209
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota 15)	-	-	-	-	-	115.843	115.843
Outras	2.264	-	-	-	-	2.972	5.236
	<u>58.473</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>118.815</u>	<u>177.288</u>
Valor presente	<u>50.644</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50.151</u>	<u>100.795</u>
Créditos tributários de contribuição social							
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	33.725	-	-	-	-	-	33.725
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota 15)	-	-	-	-	-	69.506	69.506
Outras	2.111	-	-	-	-	1.783	3.894
	<u>35.836</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>71.289</u>	<u>107.125</u>
Valor presente	<u>31.038</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30.091</u>	<u>61.129</u>

Para fins de determinação do valor presente, da realização futura, estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de 15,46% ao ano, referente ao custo médio de captação da Financiadora.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Movimentação dos créditos tributários no período

No semestre findo em 30 de junho, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação, segregadas pelas bases para constituição:

	Saldo inicial	Adições	Realizações	Saldo final
Imposto de renda				
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	39.233	60.178	(43.202)	56.209
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota 15)	112.767	3.076	-	115.843
Prejuízo fiscal	9.934	-	(9.934)	-
Outras	3.823	1.413	-	5.236
	<u>165.757</u>	<u>64.667</u>	<u>(53.136)</u>	<u>177.288</u>
Contribuição social				
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	23.540	36.106	(25.921)	33.725
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota 15)	67.660	1.846	-	69.506
Base negativa	6.182	-	(6.182)	-
Outras	2.294	1.600	-	3.894
	<u>99.676</u>	<u>39.552</u>	<u>(32.103)</u>	<u>107.125</u>
06/2022	<u>265.433</u>	<u>104.219</u>	<u>(85.239)</u>	<u>284.413</u>
12/2021	<u>276.493</u>	<u>35.789</u>	<u>(46.849)</u>	<u>265.433</u>

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, todos os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social haviam sido reconhecidos pela Financiadora.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Despesa com imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	24.110	(22.918)	24.110	(22.918)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - 25% e 15% (Nota 3 (i)) - %	25	25	15	15
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(6.028)	5.729	(3.617)	3.438
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Adições / (exclusões) permanentes	(61)	3	708	2
Imposto de renda e contribuição social no resultado do semestre	(6.089)	5.732	(2.909)	3.440

12. Outros ativos

	30/06/2022	31/12/2021
Aporte para expansão	53.258	4.286
Comissões a apropriar (i)	17.299	4.478
Despesas antecipadas (ii)	9.965	2.116
Outros	-	60
Total	80.522	10.940

(i) As despesas de comissão por intermediação sobre captação de recursos de aceites cambiais e cédulas de depósitos a prazos e são amortizadas linearmente pelo prazo de duração dos seus respectivos contratos, que variam até dois anos.

(ii) Os gastos com aquisição de materiais e insumos são relacionados com emissão de cartões de crédito e débito e são amortizadas no prazo de três anos de forma linear, prazo no qual se espera a geração de resultados futuros.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizados e intangíveis

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imobilizados (a)		
Saldo anterior	99.153	37.018
Aquisições	20.340	62.156
Depreciação	(9)	(21)
Total	<u>119.484</u>	<u>99.153</u>
Intangíveis (b)		
Saldo anterior	36.351	46.364
Aquisições	17.347	11.243
Amortização	(11.317)	(21.256)
Total	<u>42.381</u>	<u>36.351</u>

(a) Representados por instalações, móveis e equipamentos de uso e em curso.

(b) Representado por desenvolvimento e instalações de *softwares* em uso e em andamento.

14. Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos – Instituições financeiras e outros clientes

(a) Diversificação por produto

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depósitos a prazo	1.372.351	731.414
Recursos de Aceites Cambiais	218.392	252.298
Contas de pagamentos	30.300	17.482
	<u>1.621.043</u>	<u>1.001.194</u>

(b) Diversificação por prazo

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Sem prazo	30.300	17.482
Vencimento até 365 dias	284.918	467.723
Vencimento acima de 365 dias	1.305.825	515.989
	<u>1.621.043</u>	<u>1.001.194</u>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Recursos de aceites cambiais referem-se às letras de câmbio emitidas pela Financiadora, pactuadas junto a terceiros. O resultado de recursos de aceites cambiais em 30 de junho de 2022, foi de R\$ 14.307 (R\$ 8.727 em 30 de junho de 2021), 106,08% a.a. do CDI e com prazo médio de 0,87 anos (130,51% a.a. do CDI e prazo médio de 1,38 anos em 30 de junho de 2021).

Resultado de operações de captações no mercado

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Recursos de aceites cambiais	14.307	8.727
DPGE	20.938	9.651
CDB	51.738	2.049
Outros	<u>1.198</u>	<u>1.077</u>
Total	<u><u>88.181</u></u>	<u><u>21.504</u></u>

15. Provisões

As contingências ativas e passivas e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil (BACEN).

Os critérios de reconhecimento e base de mensuração para determinação de contingências ativas e passivas levam em conta o estudo detalhado das ações judiciais e dos processos administrativos, e são baseados, também, na opinião profissional dos advogados patrocinadores dessas causas.

(a) Ativos contingentes - Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foram reconhecidos ativos contingentes, tampouco existem processos classificados como prováveis de realização.

(b) Provisão para riscos fiscais (obrigação legal) - é decorrente de mandado de segurança impetrado, com o objetivo de questionar a constitucionalidade do alargamento da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, levada a efeito com a promulgação da Lei nº 9.718/98. Requereu-se, ainda, a declaração de inconstitucionalidade do §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, bem como a declaração do direito das impetrantes de compensarem os valores indevidamente recolhidos. Em 27 de outubro de 2006, a liminar foi deferida determinando a suspensão do recolhimento das contribuições do PIS/PASEP e COFINS, nos termos do §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98.

A Financiadora efetuou o recolhimento das contribuições do PIS/PASEP e da COFINS, de acordo com a liminar obtida e provisionando a diferença em relação à Lei nº 9.718/98 até dezembro de 2014, e a partir de 2015 passando a realizar os recolhimentos de acordo com a Lei nº 12.973/2014.

Em 30 de junho de 2022, o montante destacado como provisão para riscos fiscais é de R\$ 463.373 (R\$ 451.068 em 31 de dezembro de 2021).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As provisões são demonstradas como segue:

	30/06/2022		
	PIS	COFINS	Total
Saldo inicial	63.052	388.016	451.068
Atualizações	1.721	10.584	12.305
Saldo final	<u>64.773</u>	<u>398.600</u>	<u>463.373</u>
	31/12/2021		
	PIS	COFINS	Total
Saldo inicial	61.779	380.178	441.957
Atualizações	1.273	7.838	9.111
Saldo final	<u>63.052</u>	<u>388.016</u>	<u>451.068</u>

(c) Provisão e passivos contingentes – A Financiadora constitui provisão relativa a processos fiscais, trabalhistas e cíveis com base na avaliação de risco efetuada pela Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos. As principais ações cíveis são relacionadas a relações de consumo. A provisão registrada nas demonstrações financeiras, no valor de R\$ 11.889 (R\$ 9.756 em 31 de dezembro de 2021), é considerada adequada pela Administração para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho dos processos em andamento. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos montam R\$ 20.760 (R\$ 11.041 em 31 de dezembro de 2021).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Outros passivos

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Sociais e estatutárias	30.000	25.000
Imposto de renda	17.619	-
Contribuição social	10.359	-
PIS e COFINS a recolher	4.203	4.820
Valores a pagar às sociedades ligadas (Nota 21)	21.802	203.665
Pagamentos a efetuar a estabelecimentos credenciados (cartão de crédito) (*)	936.778	820.634
Outras	78.831	94.392
	<u>1.099.592</u>	<u>1.148.511</u>

(*) Referem-se a débitos originários de aquisições de bens e serviços por usuários de cartão de crédito, pendentes de pagamentos aos estabelecimentos comerciais filiados.

17. Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2022, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 298.000.000 (298.000.000 em 2021) ações ordinárias no valor de um real cada.

Aos acionistas está assegurado dividendo mínimo, correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício a ser aprovado por deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

A Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2022, aprovou o lançamento do lucro do exercício de 2021 para conta de reservas estatutárias, da seguinte forma:

- Distribuição de dividendos: R\$ 20.000, debitada da reserva de retenção de lucros, pagamento realizado em 28 de abril de 2022 (distribuição de dividendos da reserva de retenção de lucros em 2021 – R\$ 40.000, pagamento realizado em 31 de março de 2021);
- Foi referendada a Distribuição de dividendos: R\$ 25.000, debitada da reserva de retenção de lucros, pagamento realizado em 28 de janeiro de 2022;
- Transferência de lucros para reserva estatutária: R\$ 11.950 (2021 – prejuízo para reserva estatutária R\$ 9.004).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2022, não foram apurados dividendos, conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2022	30/06/2021
Lucro líquido / prejuízo do semestre	15.112	(880)
Dividendos – 25% base	-	-

Reserva de lucros – Estatutária

Poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Financiadora, bem como para garantir futuras distribuições de dividendos.

Reserva de lucros – Legal

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

18. Receitas de prestação de serviços

	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de serviços prioritários – PF	7.719	4.532
Cartão de crédito diferenciado	92.690	81.564
Receita de outros serviços (*)	56.850	56.575
	<u>157.259</u>	<u>142.671</u>

(*) Referem-se as comissões recebidas de parcerias para oferta de serviços a usuários do cartão de crédito e débito.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Outras despesas administrativas

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Comunicação	2.864	4.159
Processamento de dados	34.686	25.881
Propaganda e publicidade	66	157
Serviços técnicos	3.125	4.048
Serviços de terceiros	19.235	10.774
Serviços do sistema financeiro	10.445	9.454
Despesas compartilhadas (Nota 21 (a))	55.359	(10.230)
Despesas com transporte	4.386	4.062
Indenizações cíveis/judiciais	7.700	6.465
Outras	10.861	11.350
	<u>148.727</u>	<u>66.120</u>

20. Outras receitas / despesas operacionais

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Outras receitas operacionais	<u>85.442</u>	<u>40.946</u>
Receitas de intermediação (cartão de crédito)	43.820	38.860
Juros (*)	12.892	-
Antecipações de obrigações	28.728	644
Outras	2	1.442
Outras despesas operacionais	<u>(57.631)</u>	<u>(111.788)</u>
Descontos concedidos	(29.413)	(88.678)
Despesas com cartão de crédito	(15.595)	(11.312)
Correspondente bancário	(5.745)	(2.947)
Outras	(6.878)	(8.851)
	<u>27.811</u>	<u>(70.842)</u>

(*) Referem-se as atualizações monetárias de tributos a compensar.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Partes relacionadas

(a) Transações e saldos

Os saldos referentes às transações com partes relacionadas, inclusive os respectivos efeitos em contas de resultado, efetuadas em condições normais de mercado, no que refere-se a prazos de vencimento e taxas de remuneração pactuadas, são os seguintes:

	Ativo (Passivo)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	30/06/2021
<u>Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas (Controladora)</u>				
Valores a receber (i)	22.814	69.115	-	-
Contas a pagar (ii)	(10.324)	(201.502)	28.728	644
Contas pagar (iii)	(11.478)	(2.163)	(42.324)	8.457
Dividendos a pagar (notas 16 e 25)	(30.000)	(25.000)	-	-

(i) Referem-se, substancialmente, aos pagamentos de clientes financiados, efetuados na Controladora, que são repassados para a Financiadora no prazo médio de cinco dias.

(ii) Referem-se aos valores a repassar à Controladora, em um prazo médio de cinco dias a vinte e oito dias, relativos a financiamentos de clientes.

(iii) A Controladora e a Financiadora, em outubro de 2016, firmaram parceria na qual consiste em oferecer aos clientes, dentre outros, os seguintes produtos; cartão de crédito de circulação ampla (bandeirado) ou restrita (*private label*), operações de crédito pessoal, operações de crédito ao consumidor, distribuição de quaisquer outros produtos financeiros, previdenciários ou securitários, bem como quaisquer outros negócios, serviços ou produtos permitidos pela regulamentação do CMN, BACEN e da SUSEP. Todas as receitas e despesas são divididas entre as duas empresas, no modelo de *profit sharing*, 50% para cada uma. Esta divisão é feita mensalmente através da apresentação dos resultados do mês e a devida liquidação entre as duas empresas no mês subsequente.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2022, o resultado da parceria está distribuído em despesas de *profit sharing* de R\$ 35.067 (06/2021 - receitas – R\$ 23.647), reembolsos de despesas administrativas de R\$ 3.956 (06/2021 – R\$ 11.704) e remuneração por serviços de empregados da Controladora de R\$ 3.301 (06/2021 – 3.486).

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração paga aos administradores no semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 2.059 (R\$ 1.997 em 30 de junho de 2021), incluindo salários e encargos.

A Financiadora não concede outros benefícios aos administradores e aos empregados, tais como: assistência médica pós-emprego, plano de pensão na condição de benefício definido ou contribuição definida ou, ainda, remuneração baseada em ações.

22. Resultados não recorrentes

Para fins do disposto na Resolução BCB nº 2/2020 considera-se resultado não recorrente, o resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No semestre findo em 30 de junho de 2022, a Financiadora não apresentou resultados não recorrentes.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Limites operacionais (acordo da Basileia)

A Financiadora está enquadrada nos limites de risco estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. O índice da Basileia para 30 de junho de 2022 é de 12,94% (16,16% em 31 de dezembro de 2021).

R\$ Mil	30/06/2022	31/12/2021
1.Patrimônio de referência	359.759	402.358
2.RWA		
- Risco de Crédito (RWAcpad)	2.543.709	2.252.531
- Risco de Mercado (RWAcam)	1.310	2.321
- Risco Operacional (RWAopad)	235.804	235.604
Total RWA	2.780.823	2.490.455
3.Capital mínimo requerido		
- Risco de Crédito	203.497	180.202
- Risco de Mercado	105	186
- Risco Operacional	18.864	18.848
Total Capital mínimo requerido	222.466	199.236
4.Margem de capital mínimo requerido [1-3]	137.293	203.122
5.Capital adicional	69.521	49.809
6.Margem Pilar I [4-5]	67.772	153.313
7.Rban - Juros carteira não negociável	7.725	19.996
8.Margem Pilar II [6-7]	60.047	133.317
9-Índice de Basileia [1/2]	12,94%	16,16%

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Outras Informações**COVID-19**

A Financiadora monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturadas ações de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

A Financiadora mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

A Financiadora se resguarda o direito de revisar suas ações e projeções, fruto de alterações futuras que possam advir do tema em tela.

25. Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de julho de 2022, foi aprovada pela Administração a distribuição de dividendos contra reservas estatutárias no montante de R\$ 30.000 os quais foram pagos na mesma data.

Sérgio Antonio Borriello

Diretor Presidente

Marcello Miranda

Diretor Vice Presidente

Walter Hirata Ouchi

Diretor Vice Presidente

Marcos Antonio de Mello

Diretor/Controller

Wellington Robson Balera

Contador

CRC 1SP262530/O-7

* * *